



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638398 - RO (2021/0000740-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : GUSTAVO HENRIQUE MACHADO MENDES E OUTRO
ADVOGADOS : GUSTAVO HENRIQUE MACHADO MENDES - RO004636
MARCOS ANTÔNIO DE OLIVEIRA - RO010196
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PACIENTE : MATHEUS FELIPE VIEIRA CARVALHO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MATHEUS FELIPE VIEIRA CARVALHO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA (HC n. 0807917-53.2020.8.22.0000).

O paciente foi preso em flagrante no dia 14/9/2020, pela prática, em tese, dos delitos previstos nos arts. 33, *caput*, e 35, c/c 40, todos da Lei n. 11.343/2006, cuja prisão foi posteriormente convertida em preventiva.

O impetrante sustenta a ocorrência de flagrante ilegalidade, ao argumento de que *"a medida extrema da prisão cautelar e todos os rigores da lei de drogas são destinados aos grandes traficantes e não àqueles que são presos na posse de pouca quantidade de drogas, como é o caso do paciente"* (e-STJ fl.6).

Defende a ausência de fundamentação idônea para denegar a ordem, porquanto a decisão que decretou a prisão preventiva, em seu entender, é genérica e abstrata, sendo hipótese de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Requer, liminarmente e em definitivo, a substituição da prisão por outras medidas cautelares diversas previstas no art. 319 do CPC.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, pois conforme realçou o desembargador relator, em sua decisão monocrática:

Em exame perfunctório dos autos não verifico presentes os requisitos que poderiam autorizar a concessão da liminar pleiteada, por não

evidenciar de plano a ilegalidade alegada guardando-me para analisar oportunamente o mérito após as informações a serem prestadas pela d. autoridade apontada como coatora, motivo pelo **INDEFIRO** qual a liminar.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente